



Handwritten signature in blue ink.

ATA Nº9

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE BORBA**

REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE

-----Aos vinte dias sete do mês de dezembro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas nove horas e quinze minutos em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Período para intervenção do público-----

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia-----

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente-----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia-----

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia-----

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.-----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº8 da Sessão Ordinária de 29 de setembro de 2014.-----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal 2014 para consolidação definitiva da Técnica Superior (Consultora Jurídica).

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Atribuição de despesas de representação a dirigente -----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Documentos Previsionais. -----

a) Proposta de Orçamento para o ano de 2015 -----

b) Proposta de Grandes Opções do Plano para 2015-2018 -----

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2015.-----

PONTO TRÊS PONTO SETE: Proposta de pedido de autorização à Assembleia Municipal para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2015. -----

PONTO TRÊS PONTO OITO: Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2015. -----

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Fixação do feriado anual do município para o ano de 2015. -----

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança.-----

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Designação de quatro cidadãos de reconhecida idoneidade para integrarem o Conselho Municipal de Segurança. -----

PONTO TRÊS PONTO DOZE: Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

PONTO TRÊS PONTO TREZE: Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro Integrado no PAEL 3º Trimestre 2014- Análise e remessa de Informação para a Assembleia Municipal (Título Informativo) -----

PONTO TRÊS PONTO CATORZE: Proposta de Correção do Plano de Pormenor da UOPG de Borba (Título Informativo) -----

-----Tendo presente o nº 1 do artigo 57º da Lei 75/13 de 12 de Setembro lavra-se a presente ata:-----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Luiz Manuel dos Santos Bimbo; Ricardo Jorge Brinquete Lapão; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos Alpalhão; Pedro Manuel Alpalhão Bilro; Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Celso Miguel Lopes Ramalho; Joaquim Manuel Ganito Trincheiras; Augusto Manuel Bilro Guégués; João Miguel Cordeiro Geadas Letras; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Pedro Velez Paulo; Sérgio João Pécurto



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled 'X' and the letters 'nl'.

Gazimba; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Quintino Manuel Primo Cordeiro;-----

----- Verificou-se a ausência do membro: Francisco José Ramalho Mendes, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.1**) e foi substituído pelo senhor Celso Miguel Lopes Ramalho; João António Ameixa Morgado, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº3**), João Pedro Martins Leitão, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº19**). -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** pediu ao Senhor deputado Sérgio João Pécurto Gazimba que procedesse à tomada de posse.-----

PONTO UM: Período para intervenção do público-----

Não houve nenhuma intervenção do público. -----

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia-----

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente-----

----- **O 2º Secretário da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os presentes e informou terem chegado à mesa da Assembleia Municipal, alguns ofícios dos eleitos do PS a solicitarem documentação variada, nomeadamente pareceres jurídicos dos concursos de admissão de pessoal ao quadro da Autarquia, folha de obra relativa à Sardinhada da Rádio Campanário; folha de obra respeitante à estrada de acesso à Herdade do Monte Branco. ---

- **Empreitada de Requalificação da Escola EB 2, 3 Padre Bento Pereira e Centro Escolar**- foram enviados pedidos sobre:-----

- Datas das receções provisórias relativas às fases da empreitada de requalificação da Escola EB 2,3 Padre Bento Pereira e Centro Escolar de Borba. -----
- Informação sobre a data em que foi feita a ligação de abastecimento de energia elétrica definitiva da Escola e Centro Escolar. -----



----- Foi recebida da Câmara Municipal de Borba, a informação, documentação solicitada pela assembleia municipal, no que respeita aos assuntos em cima referidos. -----

----- Informou ter tido toda a correspondência recebida a devida resposta. -----

----- Informou, que tinha sido recebido um email da Câmara Municipal de Campo Maior, a dar conhecimento da versão definitiva da minuta de protocolo de Aquisição do Equipamento de Ressonância Magnética Nuclear para o hospital de Santa Luzia de Elvas. ---

----- Foi recebido da Câmara Municipal de Borba, ofícios para conhecimento e informação no que respeita à Proposta de Orçamento do ano e 2015; Proposta de Correção do Plano de Pormenor da UOPG0 de Borba. -----

----- Informou, que a mesa da Assembleia Municipal solicitou à empresa EDC-Mármore, S.A., através de ofício, informação, sobre a atual situação da empresa, do qual não se obteve resposta até há presente data. A empresa EDC - Mármore S.A., enviou à Câmara Municipal o Relatório de Gestão do ano de 2013, e esta por sua vez, enviou para o senhor presidente da Assembleia o relatório da empresa em questão, tendo o mesmo sido enviado via email, a todos os deputados da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida informou que como habitualmente, as pastas da correspondência estavam presentes para quem as quisesse consultar. -----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia-----

----- **O deputado João Pedro** cumprimentou todos os presentes e referiu no que respeita ao assunto da empresa EDC- Mármore, S.A., uma vez que tinha sido uma solicitação feita pela CDU, na última assembleia e como ainda não tinham tido a oportunidade de analisar o Relatório enviado, o mesmo não seria alvo de discussão naquele dia, pela sua parte, ficaria para uma próxima assembleia municipal. -----

----- De seguida informou que tinha uma Moção para apresentar e uma Saudação. Passando de seguida a apresentar e ler a Moção (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.7**). -----

Moção-----

Orçamento de Estado para 2015

Considerando que:

- A regra geral prevista na Lei das Finanças Locais para as transferências para os municípios não é cumprida uma vez que para uma variação de receita do estado de 17% entre 2012 e 2013 do volume da receita do IVA+IRS+IRC, a proposta para os municípios é de apenas 1,5%.
- A verba autónoma para transportes escolares (23 milhões de euros), já por si comprovadamente insuficiente, passa a estar diluída no FSM;
- Pelo segundo ano consecutivo insiste-se no incumprimento do que a Lei estipula sobre transferências para AM e CIM, num quadro em que a própria regra de exceção (inaceitável) desaparece, incumprimento que se traduz em mais de 5 milhões de euros no seu conjunto;
- Estabelece a consignação do crescimento do FEF resultante da LFL à realização da participação do FAM e consolidação orçamental (dívida de médio e longo prazo e pagamentos em atraso);
- Impõe restrições no domínio de recursos humanos, seja por via do controlo de admissões e procedimentos concursais, seja na valorização dos trabalhadores;
- Determina a obrigatoriedade de prestação de contas das verbas efetivas realizadas no âmbito do FSM no domínio da Educação, com devolução das verbas não gastas;
- Consagra e alarga a prática de retenções arbitrárias, de que são exemplo:

Tetos de pagamento automáticos (e arbitrários) ao SNS; Retenção em favor da DGAL, de 0.1% do FEF; Por "violação" da redução em 10% do volume de pagamento a 90 dias não relevando para o efeito as dívidas pagas ao abrigo do PAEL; Por "violação" da não redução de trabalhadores; Pela "violação" das disposições sobre pessoal dirigente; Pelo incumprimento da renovação de contratos a termo; Por não cumprimento da consignação do aumento IRS+IVA. --

A Assembleia Municipal de Borba, reunida em 27 de Dezembro 2014, delibera:

1. Proclamar o firme propósito de defender a autonomia do Poder Local, consagrada na

- Constituição da República e reclamar das Associações Nacionais dos Municípios e das Freguesias posições firmes e combativas contra as propostas do Orçamento de Estado para 2015, que contribuam para o seu enfraquecimento; -----*
- 2. Exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os municípios e freguesias; -----*
 - 3. Protestar contra a destruição do emprego público e contra uma ainda maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, impostas por este orçamento solidarizando-se com a sua luta; -----*
 - 4. Reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo estado das suas responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades da economia local e às carências da população. -----*
 - 5. Remeter esta moção aos órgãos de soberania, à ANMP e à ANAFRE e divulgá-la junto da população. -----*

Borba, 27 de Dezembro de 2014 -----

Os eleitos pela CDU -----

O presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a forma com seria votada a moção apresentada. Votariam a moção de seguida, ou os oradores inscritos dariam a sua apreciação, e só depois se procederia à votação da moção? -----

----- Informou que posteriormente cada moção que fosse apresentada seria votada imediatamente a seguir à sua apresentação. -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** chamou atenção para a redação de uma frase da Moção "*A Assembleia Municipal de Borba, reunida em 27 de Dezembro 2014, delibera:*". Disse " (...) a Assembleia Municipal não deliberada nada sem votação, quanto muito, proponho que a Assembleia delibere". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse "(...) tem razão, é pertinente (...), mas penso que se trate de uma gralha". -----



Handwritten signatures in blue ink.

----- **O deputado Paulo Ferreira** - disse "(...) se é uma gralha, emende-se". -----

----- **O deputado João Pedro** disse " (...) se a Moção não for aprovada, ela nunca chega à mesa (...), nunca delibera nada". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** cumprimentou todos os presente e disse " (...) trata-se de um preciosismo, na minha opinião. A Assembleia delibera, pode deliberar favoravelmente ou não, falta preencher a seguir ao delibera, por unanimidade, por maioria ou então não delibera ". -----

----- **O deputado Rui Franco** cumprimentou todos os presentes e informou que aquela Moção já tinha sido apresentada na Assembleia Intermunicipal da CIMAC e tinha sido aprovada por unanimidade. -----

----- **A deputada Célia Alpalhão** disse que o que estava em causa era a forma com estava escrita a frase. Perguntou se não seria possível a sua correção? -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou a Moção para aprovação, tendo a mesma sido aprovada **por maioria, com dezasseis votos a favor (eleitos do MuB, PS e CDU) e dois votos contra (eleitos do PSD)**. -----

----- **O deputado João Pedro** apresentou e leu uma Saudação (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº. 8**) -----

- **Saudação** -----

- *A Assembleia Municipal de Borba reunida em sessão ordinária no dia 27 de Dezembro de 2014 saúda a decisão do Comité Internacional da UNESCO de inscrever o cante alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade. Tal decisão reconhece a relevância patrimonial do cante, o seu valor excecional como símbolo identificador do Alentejo e identitário dos alentejanos, o seu enraizamento profundo na tradição e história cultural do País, a sua importância como fonte de inspiração e de troca intercultural entre povos e comunidades, sendo motivo de satisfação e orgulho para todos os portugueses.*-----

- *O cante alentejano encena os tempos de um canto de trabalho nos campos, enquanto homens e mulheres embalavam os movimentos da ceifa ou da monda, ceifavam, mondavam,*



empoleiravam-se nas árvores na apanha da azeitona ou da bolota, traçavam os passos atrás dos animais com um arado. Nas pausas dessa fysicalidade intensa era também o cante que distraía o corpo das dores da labuta e acompanhava a bucha. O cante, evocação da natureza, dos amores, da morte, da natureza e sobretudo do amor por uma terra a que a vista não alcança fim, consolava e ajudava a jornada a morrer mais depressa.-----

- Os eleitos da Assembleia Municipal de Borba expressam a convicção de que a decisão agora adotada pela UNESCO vai contribuir para a salvaguarda e a promoção do cante alentejano, essa genuína expressão cultural de um povo, bem como para o surgimento de novos projetos musicais, turísticos e académicos, tudo isso concorrendo para um maior desenvolvimento do Alentejo e do País.-----

- A Assembleia Municipal de Borba felicita todos os que, com o seu trabalho, saber e dedicação, tornaram possível a concretização deste objetivo: o povo de cujo trabalho, vida e luta nasceu tal marcante expressão cultural; os cantadores alentejanos; os seus grupos corais; as coletividades e os seus ativistas, que têm preservado e dignificado o cante alentejano; bem como as muitas personalidades e entidades que promoveram esta candidatura.-----

Borba, 27 de Dezembro de 2014 -----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou a Saudação a votação, tendo sido a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

----- O deputado Joaquim Trincheiras cumprimentou todos os presentes e leu uma tomada de posição dos eleitos do Partido Socialista – Borba. (que se arquiva em pasta anexa como **doc. n.º 9**). -----

- Sardinhada da Rádio Campanário. -----

- Tomada de Posição-----

*- Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Borba consideram **lamentável** que o executivo CDU/MUB tenha omitido do Relatório de Atividades da Câmara Municipal submetido à Assembleia Municipal de Borba, o apoio logístico à Sardinhada da Rádio Campanário realizada em 14 de junho de 2014 e cuja descrição dos trabalhos efetuados está*



descrita na "Requisição de Trabalhos Internos n.º 79/14 de 11-06-2014" que anexamos a esta tomada de posição. -----

- Como facilmente se verifica, não se trata uma atividade de menor importância que se realizou para apoiar um órgão de comunicação social propriedade de uma empresa privada, cujo objetivo é lucrativo. -----

- É lamentável que se queira tentar "tapar o sol com a peneira", ao anexarem uma informação da funcionária de apoio às reuniões de Câmara, como justificação desta omissão. A referida "informação" com data de 9-10-2014 também está anexa a esta tomada de posição. -----

- Como está demonstrado pela "Requisição de Trabalhos Internos n.º79/14 de 11-6-2014", este foi um apoio significativo dado a um órgão de comunicação social privado. Aliás, tem sido notório o apoio dado à Rádio Campanário Voz de Vila Viçosa, nomeadamente por ocasião da Festa da Vinha e do Vinho com a localização privilegiada do estúdio, além de duas requisições no valor total de oitocentos euros. -----

- Os eleitos do partido Socialista na Assembleia Municipal de Borba não querem acreditar quês e trate de um jogo de favores, e repudiam vivamente esta atitude por parte da maioria CDU/MUB que dirige os destinos da Câmara Municipal de Borba. -----

Borba, 27 de dezembro de 2014. -----

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Borba. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os presentes e desejou a todos um bom ano de 2015 com saúde, paz e trabalho. -----

----- Relativamente à Rádio Campanário disse que tinha sido feita uma requisição de trabalhos para a Festa da Vinha e do Vinho, no valor de quatrocentos euros. No que respeita à Sardinhada da Rádio Campanário, informou que tinha sido emprestada uma tenda com montagem e desmontagem, e cadeiras. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** apresentou e leu uma tomada de posição dos eleitos do Partido Socialista – Borba (que se arquiva em pasta anexa como **doc. n.º.10**). -----

- Tomada de Posição -----*
- Estrada de acesso à Herdade do Monte Branco -----*
- Tal como o PS esperava e denunciou numa Assembleia Municipal anterior, o arranjo da ESTRADA PRIVADA de acesso à Herdade do Monte Branco (1300.00mx4.00m de área) não possui qualquer folha de obra de registo dos trabalhos efetuados. -----*
- Com que intenção foram colocados os arranjos da referida estrada nos melhoramentos da "estrada do alfaval" de acordo com informação anexa? -----*
- Não existindo folha de obra específica para o arranjo da estrada atrás referida, fica sempre a dúvida sobre a informação transmitida pelos serviços acerca das máquinas, materiais e trabalhadores envolvidos na obra. Este assunto já havia sido abordado em anterior Assembleia Municipal e já se tinham levantado suspeitas acerca do baixo preço faturado pelo serviço efetuado ao proprietário da Herdade do Monte Branco.-----*
- Consideramos estas situações inadmissíveis por entendermos que o município está a ser prejudicado e o proprietário está a ser favorecido. -----*
- Borba, 27 de dezembro de 2014 -----*

----- O presidente da Câmara Municipal salientou que o valor cobrado ao particular tinha sido de mil duzentos e cinquenta euros, no seu entender valor correto, atendendo à área trabalhada. -----

De seguida cedeu a palavra ao vereador Joaquim Espanhol. -----

----- O vereador Joaquim Espanhol cumprimentou todos os presentes e esclareceu que a área mencionada na tomada de posição apresentada anteriormente pelos eleitos do Partido Socialista, no que respeita à Estrada de acesso à Herdade do Monte Branco, dizia respeito a toda a estrada do Alfaval e não somente à área de intervenção do caminho particular. Esclareceu que o valor cobrado ao particular tinha sido relativo ao trabalho efetuado, de tapar alguns buracos, que se encontravam nalgumas zonas da estrada, causados pelas chuvas. Informou que todos os componentes utilizados estavam discriminados na folha de obra daquele serviço. " (...)este serviço contabiliza uma despesa no valor de quinhentos e



oitenta e seis euros e oitenta cêntimos, tendo sido cobrado pelo serviço mil duzentos e cinquenta euros. -----

----- Realçou " (...) penso que o município não foi prejudicado neste trabalho". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse "(...) um orçamento faz-se antes, e discrimina-se os trabalhos que vão ser efetuados. (...), não foi feito nenhum orçamento, foi feito uma discriminação do material utilizado". -----

----- Afirmou "(...) não existe uma folha de obra específica para aquele arranjo. E é um arranjo feito a um caminho de um privado, a um caminho particular". -----

----- Informou que o PS não concordava com aquele tipo de situações, tinham entendido o que a Câmara tinha feito, só que não concordavam, daí a sua tomada de posição. -----

----- **O vereador Joaquim Serra** cumprimentou todos os presentes e esclareceu a forma como se dirigem à maioria MuB/ CDU. " Esta maioria é tão importante como é a maioria PS/CDU na Orada. Tem tanta legitimidade a maioria MuB/CDU na câmara, como tem a maioria PS/CDU na Orada. Ela foi feita com base nos mesmos pressupostos. Em ambos os sítios existe um trabalho conjunto, não existe aqui nenhuma aliança, (...) existe colaboração em trabalho nos órgãos executivos". -----

----- Relativamente à questão da Rádio Campanário, disse "(...) esta parte da Festa da Vinha e do Vinho, (...) foi tratada da mesma forma como foi tratado com os outros órgãos de comunicação, que se disponibilizaram por passar, ou spots publicitários ou publicações em jornais. (...) fizemos um proposta a todas as rádios, que entendemos que deveriam passar spots e a vários jornais regionais. A proposta apresentada por nós foi de 100 ou 120€ por apresentar spots publicitários. A Rádio Campanário fez uma contraproposta, de não passar só os spots publicitários, mas de fazer também a cobertura integral da festa, se a câmara disponibiliza-se um espaço. (...) para esse trabalho, e fez-nos a proposta de quatrocentos euros, que incluía também a parte do spot publicitário que depois seria distribuído às outras rádios. Analisamos a contraproposta, estivemos de acordo, e adjudicamos por quatrocentos euros. -----



----- **O deputado Joaquim Trincheiras** disse " (...) aquilo que é dito pelo senhor presidente como a cedência de uma tenda, (...) umas cadeiras, terá sido um trabalho iniciado no dia 11-06-2014 e terá terminado no dia 18-06-2014, (...) conforme requisição de trabalhos internos nº 79/14, onde na descrição, está escrito transporte de cadeiras, montagem de tenda e transporte e montagem de palco grande (Apoio a coletividades) ". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que o palco grande que estava referido naquela requisição foi o que tinha sido emprestado à Escola de Vila Viçosa. -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** disse " (...) foi montada uma tenda para a Rádio Campanário no dia 11-06-2014, que levou uma hora a montar. (...) a tenda foi montada por nós, para evitar que houvesse algum estrago na mesma. No dia 14-06-2014, fizemos o transporte das cadeiras, uma hora de serviço. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** interrompendo (...) pediu que houvesse um esforço cívico, para que as coisas corressem bem. -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** continuando (...) relativamente à tenda, o tempo gasto foi de uma hora no dia 11-06-2014, uma hora no dia 14-06-2014 no transporte de cadeiras, e uma hora no dia 16-06-2014 na desmontagem da mesma. Os Resto dos trabalhos referidos na requisição foram efetuados na Escola Pública Hortênsia de Castro- Vila Viçosa, com a montagem, desmontagem do palco". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** relativamente á intervenção do senhor vereador Joaquim Serra disse "(...) Junta de freguesia da Orada, é Junta de freguesia de Orada, Câmara de Municipal de Borba , é Câmara Municipal de Borba, oposição à câmara municipal de Borba, nós fazemos enquanto partido socialista, tal como o MuB pode fazer na Orada (...). É óbvio que existe aqui uma maioria MuB/CDU ou CDU/MuB (...) como lhe queiram chamar, (...) temos todo o direito enquanto oposição, de fazermos a oposição, que nós entendermos". -----

-----No que respeita à Rádio Campanário disse " (...) não vale a pena estarmos aqui com conversas". -----



-----Referiu que num documento distribuído, estava mencionado duas requisições no valor de quatrocentos euros cada. Uma é a requisição nº1879 e a outra é a requisição nº 1874.-----

----- Disse " (...) foram pedidos dados relativamente à Empreitada da Escola E2,3 Padre Bento Pereira e Centro Escolar de Borba, que veio de uma intervenção feita na última assembleia pelo senhor presidente da câmara, relativamente à data em que a escola estava concluída. Na informação dos serviços enviada, consta que o primeiro auto de vistoria para efeitos de receção provisória foi em 17 de maio de 2013, o segundo auto de vistoria (...) em 16/10/2013, o terceiro auto de vistoria (...) em 11/11/2013, quarto auto de vistoria a 27/11/2013, receção provisória em 18/12/2013. Não vou discutir aqui a razão por que é que a receção só foi feita em 18/12/2013, temos de ter em conta que houve mudança de executivo, e as coisas são todas normais, nestas circunstâncias. Não se pode dizer é que a escola já estava pronta há mais tempo, quando existem documentos na câmara que comprovam o contrário". -----

----- No que respeita ao abastecimento da energia elétrica, disse "(...) a informação prestada pelo técnico da câmara Engº Giga, não é totalmente verdade, para não dizer que é uma inverdade. Diz aqui de acordo com a informação prestada pelo Engº Giga, a ligação de abastecimento de energia elétrica definitiva da (...) e Centro Escolar é competência do Agrupamento das Escolas e da Dgest. (...) uma coisa é o abastecimento de energia, e aí sendo o dono da obra a câmara municipal de Borba, não é a Dgest que vai pedir a ligação definitiva. O que sempre esteve combinado com a EDP é que a escola abriria com a ligação provisória. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** não fez nenhum comentário. -----

----- **O deputado Rui Franco** salientou preocupação pela faturação feita pelas Águas do Centro Alentejo ao Município de Borba. -----

----- Disse " (...) as Águas do Centro Alentejo estão a custar em média à Câmara Municipal setenta e quatro mil euros por mês, isto ao fim do ano dá perto de um milhão de euros. Este valor duplicou desde 2010. Em 2010 tínhamos uma despesa mensal na ordem dos quarenta



mil euros. É fundamental a curto prazo, tomarem-se medidas sobre esta matéria, (...) é uma fatia muito grande do orçamento do município, (...) todos nós estamos a pagar estas decisões políticas, tomadas há dez anos atrás". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse " (...) estas questões da água são questões extremamente importantes. (...) as questões têm de ser ditas, faladas e esclarecidas. É óbvio que as adesões quer ao sistema multimunicipal de Águas Centro Alentejo, quer às Águas Públicas do Alentejo são adesões de natureza política, cujos contratos de concessão são exatamente iguais, em que as Águas de Portugal são maioritárias".-----

----- Disse " (...) quem analisar os contratos de concessão multimunicipais, cujo sócio municipal é as Águas de Portugal, quer dos sistemas das Águas Públicas, cujo sócio maioritário são as Águas de Portugal também, (...) verifica que as taxas são mais elevadas".

----- Informou que o valor dos setenta e quatro mil euros pagos mensalmente às Águas do Centro Alentejo, tem que ver com um problema gravíssimo, já abordado ali, em assembleias anteriores, que diz respeito às fugas de água em baixa. Realçou " (...) se houver coragem entreguemos também a baixa, e vamos ganhar muito dinheiro com isso".---

----- Salientou que estava englobado naquele valor, o investimento feito em Borba de cerca de cinco milhões de euros. -----

----- **O deputado Rui Franco** disse "(...) a questão aqui não é discutir qual é o melhor sistema (...) ,é sim, uma questão de fundo de peso para o orçamento, destes montantes. Neste momento as Águas do Centro Alentejo, já faturaram à Câmara de Borba quatro milhões e setecentos mil euros. Daqui a um ano estamos a pagar mais que a obra realizada". -----

----- **O deputado João Pedro** disse "(...) esta questão é muito importante, (...) em assembleias anteriores, apresentei números de câmaras que estão no sistema multimunicipal público, e os números são substancialmente mais baixos. (...) a informação que tenho é que (...) no concelho de Montemor está a funcionar, tudo o que são resíduos e efluentes são tratados convenientemente. As Águas do Centro Alentejo por ano significam



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled 'X' and the name 'Sil'.

para a Câmara, cerca de trezentos mil euros de prejuízo, e a este número nós não podemos fugir. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse que aquela questão tinha que ver com a questão das fugas de água em baixa. Quanto à qualidade disse " (...) é de grande qualidade, quer em termos de análise de águas residuais, quer em termos de abastecimentos de águas públicas. (...) os investimentos feitos pela empresa, à qual outros municípios aderiram, são relativamente pequenos. (...) quando essa empresa fizer os investimentos nos concelhos todos, é óbvio que o valor vai duplicar ou triplicar. Neste momento eles nem cobram nada às câmaras, porque não funcionam. É pena que a IGAOT, só fiscalize algumas câmaras (...), e não as fiscalize todas". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que situação das águas era uma situação muito complicada, e acima de tudo, é uma decisão política, saber onde se deve pertencer ou não. -----

Disse " (...) o que é inegável é que nós temos cerca de trezentos mil euros de prejuízo por ano. Para colmatar este prejuízo, é nossa intenção arranjar a rede em baixa, por fases. Nós queremos qualidade boa da água, bom serviço e pagar um preço baixo. Temos uma situação muito grave (...) que é a ETAR de Rio de Moinhos. (...) ninguém mete em causa a qualidade da água, ninguém mete em causa a qualidade como as ETAR's funcionam. No que respeita há ETAR de Rio de Moinhos, tem que se arranjar um equilíbrio, entre a ETAR para os municípios e a ETAR para as queijarias". -----

----- Disse " (...) já temos alguma verba orçamentada para o arranjo de canalizações, e estamos a tentar fazer alguma candidatura ao Portugal 2020, para o mesmo fim. -----

É incomportável para uma câmara destas, com um orçamento de sete milhões de euros, só para a água um milhão de euros". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** lembrou que o artigo 52º. da Lei 75/2013 de 12 de setembro, no período de antes da ordem do dia, a sua duração máxima é de 60 minutos. -----



----- **O deputado Ângelo de Sá** disse " (...) a Câmara Municipal de Borba é acionista das Águas do Centro Alentejo, se acha que está a pagar muito (...), basta que faça uma proposta no sentido de baixar as tarifas. (...) se todos os acionistas acharem que todas as tarifas têm que baixar, com certeza que baixarão". No que respeita há ETAR de Rio de Moinhos, esclareceu "(...) os queijeiros tiveram o problema resolvido, não quiseram porque pagavam cerca de cinquenta cêntimos, por cada quilo de queijo (...), acharam que era muito caro". -----

----- Disse " (...) proponha que se fizesse uma assembleia extraordinária específica, só para tratar dos assuntos da água e do saneamento, e que estivesse representado uma pessoa que faça parte das Águas de Portugal, uma pessoa responsável das Águas Públicas e uma pessoa responsável dos Sistemas Multimunicipais e aí vamos ver". -----

----- **O vereador Joaquim Serra** disse que " (...) a questão dos sistemas de águas, não é só uma questão política é também uma questão ideológica. Todos nós sabemos que quando foi feita a adesão a este sistema, como é que ela foi feita, nem todos estávamos de acordo com a adesão ao sistema, porque já na altura alguns diziam (...) pouco tempo (...) ou a câmara teria de atualizar os tarifários dez vezes mais, ou então seria insuportável para a Câmara de Borba os tarifários que viriam a ser implementados pelas Águas do Centro Alentejo. (...) nós com as Águas do Centro Alentejo não temos sustentabilidade, para cumprir o contrato, com os tarifários que está a praticar. É possível que haja outras alternativas, que temos que as estudar, analisar. Existe ainda uma agravante, as Águas do Centro Alentejo, com a nova legislação prepara-se para (...) serem engolidas por um mega sistema, (...) passar a fazer parte de um sistema de Lisboa e Vale do Tejo, (...) onde fica agregada a outros sistemas ainda maiores. Ou seja, (...) sendo nós agora acionistas das Águas do Centro Alentejo, já temos uma participação muito pequena, então num (...) mega sistema daqueles, (...) menos nos ouvem". -----

----- Realçou que " (...) a Câmara de Borba, sempre foi acionista das Águas do Centro Alentejo, não é só agora. (...) o anterior executivo, nunca achou que os tarifários fossem



elevados, porque nunca os discutiram nem os fizeram baixar, nunca houve proposta para os baixar. No entendimento do anterior presidente da câmara, os tarifários não continuam elevados para as Águas do Centro Alentejo, mas para os munícipes são elevados, e nós achamos que estamos a pagar muito às Águas do Centro Alentejo ". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse " (...) o senhor vereador Serra quando fala tem que dizer tudo. Quando diz que pretendemos ser engolidos por outros sistemas de águas, isso tem que ver com outra coisa, que agora completo, ao entramos nesse sistema os ricos vão ter pagar aos pobres. (...) é uma proposta de há muitos anos, dos sucessivos ministros, incluído a atual ministra. Passamos a beneficiar da economia de escala, os ricos vão ter de pagar para os pobres. Aliás, os sistemas do interior só são sustentáveis se os ricos pagarem aos pobres". -----

----- Informou que aquele assunto sempre foi um assunto muito debatido nas Águas do Centro Alentejo, e que as tarifas nunca subiram tanto como agora. Acrescentou, o que foi acordado, era que a água em baixa, tinha de passar para o sistema multimunicipal. Na sua opinião isso vai acontecer, mas quando acontecer que seja para uma empresa pública e nunca para uma empresa privada. E se isso acontecer vai ser ótimo para o município de Borba. -----

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou que todas as atividades desenvolvidas estavam espelhadas nos documentos distribuídos. Acrescentando, (...) está a ser gratificante, todo o trabalho desenvolvido em prol do concelho de Borba. -----

De seguida cedeu a palavra ao chefe de divisão Dr. António Passinhas, para que informa-se de uma forma suscita a situação financeira da câmara. -----



----- **O chefe de divisão António Passinhas** cumprimentou todos os presentes e disse " (...) os dados do relatório financeiro eram dados provisórios entre 01/01/2014 – 30/11/2014. Ao nível de execução de receita, a receita total anda na ordem dos 76%. O objetivo do município é chegar ao final do ano com 85%. Perspetiva-se que consiga ser cumprido. As receitas correntes estão a correr dentro do que era espectável ao orçamento, e o mesmo acontece às receitas de capital, que são as que estão a penalizar aquilo que foi orçamentado. As rubricas que mais estão a penalizar a execução da receita de capital são essencialmente as transferências dos fundos comunitários, que costumam levar mais algum tempo do que era desejável". Salientou, que "(...)atravessamos um período de encerramento de um quadro comunitário, daí se verificar situações desta natureza. ----- O que o município tem a receber, diz muito respeito ao saldo final, encerramento de projetos, e são operações que ainda levam algum tempo a desenvolver, normalmente a atenção das autoridades de gestão recai sobre outras situações". ----- No que respeita à despesa informou que a execução da despesa total anda na ordem dos 76%, estima-se conseguir encerrar com 79%, 80% em relação ao que estava previsto. Disse que a despesa no ano de 2014 contempla a totalidade dos montantes que estão acordados com as Águas do Centro Alentejo, ADSE e com a Lena Construções. ----- Relativamente a dívidas a terceiros de curto prazo, informou que no final de novembro o montante em dívida importa num milhão e quatrocentos mil euros. É uma variação superior a quinhentos mil euros, negativa, ou seja, devemos menos quinhentos mil euros, do que devíamos no início do ano, ou no final do ano anterior. No que respeita a empréstimos bancários, a variação é de setecentos e cinquenta mil, mais ou menos, o que significa que o município está apenas a amortizar os empréstimos de acordo com aquilo que estava calendarizado e aprovado. ----- Informou que a dívida total neste momento teve uma variação negativa, devemos menos um milhão duzentos e sessenta e dois mil euros. Está em linha com aquilo que tem acontecido, e tem sido apresentado à assembleia municipal nestas últimas sessões. O



Handwritten signatures and initials in blue ink.

município está a conseguir reduzir a sua dívida, em cerca de cento e vinte cinco mil euros mês. Realçou, aqui, o esforço feito para que se conseguisse obter este resultado. -----

----- **O deputado Celso Ramalho** disse ao senhor presidente da Câmara, que os eleitos do PS, gostariam de ser esclarecidos, sobre a reunião que tinha havido entre a câmara de Borba, Direção Regional da Economia e os empresários de mármore, relativamente á estrada municipal nº 255., Borba – Vila Viçosa. -----

----- Acrescentou " (...) após a resposta do senhor presidente os eleitos do Partido Socialista, querem fazer uma proposta sobre este assunto". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse " (...) aqui há uns meses atrás foi informado por uns empresários dos mármore (Plácido Simões, Marmetal ...), que havia um estudo feito na direção Regional da Economia, da parte do serviço geológico, o qual informava que a estrada estava em perigo". Referiu que lhe tinha sido explicado porque é que a estrada estava em perigo. -----

----- Mais tarde, as pessoas da Direção Regional da Economia estiveram numa reunião com toda a vereação da Câmara Municipal de Borba, onde também lhes foi explicado o assunto referido. -----

----- Posteriormente, "(...) entendi, que se deveria ter uma reunião conjunta, onde estivessem presentes a Direção Regional da Economia, empresários dos mármore daquela zona e as pessoas que ali têm terras, e utilizam aquela estrada, e assim todos ficavam a saber, qual as medidas a providenciar". -----

----- Disse "(...) é necessário existir um pouco de bom senso nestas situações, um problema que se arrasta há 10 anos, agora é que está em perigo de cair? A estrada só vai ser derrubada se estiver mesmo em perigo. Aquela estrada é de responsabilidade municipal. A autarquia se tiver informações concretas dos técnicos, sobre o verdadeiro perigo ali instalado, poderá limitar o trânsito dos pesados naquela estrada. É um assunto que terá de ser estudado com muita cautela, e baseado em factos técnicos muito grandes. Em janeiro quero fazer uma conferência explicativa no Cineteatro, sobre a situação, onde



estarão presentes as pessoas da Direção Regional da Economia, empresários dos mármore e outras pessoas interessadas no assunto". Mostrou abertura a todas as sugestões, independentemente da sua origem, o importante é terem um suporte técnico viável e aceitável, para a resolução desta questão. -----

----- De seguida cedeu a palavra ao vereador Nelson Sousa para que se manifestasse sobre o assunto. -----

----- **O vereador Nelson Sousa** cumprimentou todos os presentes e desejou um bom ano de 2015 e disse " (...) numa deslocação do professor Luis Lopes da Universidade de Évora, à Escola Secundária de Vila Viçosa, onde deu uma aula de Geologia, e onde explicou o que se passava com a estrada municipal 255 – Borba – Vila Viçosa. Apresentou fotografias áreas, e explicou que era um problema que se teria de analisar, nunca colocou a hipótese de se derrubar a estrada, até porque a mesma, é uma estrada real". Explicou que aquela tinha sido uma simples apresentação, pouco técnica. Referiu ter dito ao senhor presidente que tinha o contacto do professor Luis Lopes, caso necessitasse que ele viesse apresentar o seu estudo, o seu parecer técnico sobre este assunto. -----

----- **O vereador Benjamim Espiguinha** cumprimentou todos os presentes e disse "(...) já pouco mais há acrescentar a este assunto. Foi um assunto já abordado em reuniões de câmara, a opinião de todos, é que esta discussão se faça, da maneira mais alargada possível, porque todos temos a ganhar, com o que se passa ou se poderá vir a passar nesta estrada. Todos os contributos são bem-vindos". -----

----- **O deputado Celso Ramalho** disse " (...) a nossa proposta vai de encontro ao que o senhor presidente acabou de dizer, de fazer uma assembleia extraordinária, conferência, onde se discuta o assunto. Pensamos ser um assunto importante demais para ser decidido por duas, três ou quatro pessoas, nós também não somos técnicos (...), queremos é ver o assunto discutido, para que a decisão seja a melhor para os borbenses. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** ficou de contactar a Direção Regional da Economia, para a conferência. Disse ao vereador Nelson Sousa, para contactar professor



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled 'A' and a signature that appears to be 'J. Ramalho'.

Luis Lopes da Universidade de Évora e convidá-lo para estar presente na conferência, e apresentar o seu estudo, parecer técnico. -----

----- Referiu, se o Cineteatro for um espaço pequeno para a conferência, poderá ser utilizado o pavilhão de eventos.

----- Salientou que todos os assuntos discutidos ali nas assembleias, são assuntos importantes, independentemente por quem sejam apresentados, o que está em causa sempre é Borba. Acrescentou " (...) ninguém gosta mais de Borba que eu, ou que vocês todos (...) ". -----

----- Realçou a importância da discussão daquele assunto. "É um assunto que tem de ser bem analisado tanto a nível técnico, emocional (...) e do ponto de vista das necessidades das coisas. (...) para beneficiarmos três ou quatro pontualmente , não podemos "tramar" uma serie de pessoas (...) ". -----

----- **O deputado Celso Ramalho** disse ser importante também convidar alguém do município de Vila Viçosa, uma vez que a estrada faz ligação entre as localidades. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse " (...) na primeira reunião o município de Vila Viçosa foi convidado, só que entenderam que não, (...). -----

----- **O deputado Joaquim Trincheiras** fez um alerta para a informação descrita no Relatório de Atividades, correspondente às atividades desenvolvidas pelo vereador Joaquim Serra, onde constam atividades desenvolvidas posteriores ao período que vai de 12/09/2014 a 26/11/2014. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse " (...) este assunto da estrada, anda no ar há dezasseis anos pelo menos. (...) foi há dezasseis que eu vi um professor do técnico apresentar um estudo sobre o assunto. É óbvio que o que está aqui em causa, não é a segurança, (...) interesses económicos. Em termos técnicos o que me dá conhecer, (...) o que existe é uma pequena fratura numa pedreira (...), existem meios técnicos que podem saber como é que aquilo se preenche, trata". Acrescentou " (...) o assunto merece ser bem analisado". -----



----- No que respeita ao Relatório da Atividades disse " (...) existe aqui uma atividade referida, que tem que ver com a visita do senhor presidente da República, na inauguração do Pavilhão Multiusos da Santa Casa da Misericórdia de Borba (...), o que é dito, é que esse Pavilhão foi inaugurado sem licenciamento. Aliás (...), na última assembleia desse órgão, terá sido dito que sou eu o culpado do não licenciamento desta obra. Gostava de ser esclarecido, sobre o que se passa com a questão do licenciamento. -----

----- Seguidamente pediu esclarecimentos sobre a seguinte atividade " *Intervenção em edificação no âmbito da Ação Social, contemplando execução de rebocos, reparação de canalização de wc e reparação de porta*". Que casa é esta que edificação foi esta? -----

----- Saliu que estavam espeihadas naquele Relatório de Atividades, determinado tipo de situações que fazem parte do ritmo normal de uma câmara, na sua opinião não " (...) fazem sentido ali estarem (...), já há alguns anos atrás que isso se passa, não é de agora". --

----- Disse " (...) mas, há uma que falta aqui, que tem que ver com a porta envolvente do Castelo (...). Nomeadamente obra feita em casa privada, (...) realizada na Recreativa. Gostaria de saber o que se passou sobre isso". -----

----- Perguntou ao senhor presidente da Câmara " (...) se sabe qual foi o projeto que aprovou a Abertura da Porta do Castelo, qual o valor da Abertura da Porta do Castelo, qual o Programa Comunitário (...) a câmara de Borba recorreu (...) projeto fosse aprovado. (...) o vereador Serra dizia que este projeto era uma manta de retalho e que nunca seria aprovado, mas por acaso foi! ". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse " (...) o senhor presidente da República veio a Borba a convite da Santa Casa da Misericórdia de Borba, para inaugurar o Pavilhão Multiusos da Santa Casa. Após, o contacto dos procedimentos protocolares com a Câmara, um dos assessores perguntou o que havia de interesse em Borba para visitar, na altura falei nas pedreiras, seria uma forma de relançar novamente estas empresas, mas atendendo á vasta agenda do senhor presidente, e sendo a visita só de algumas horas (manhã), sugeri a possibilidade de ver "in loco" a Adega Cooperativa de Borba, onde foi feito uma



investimento de doze milhões, e a qual valoriza a cidade, região e o vinho". -----

----- No que respeita á Inauguração do Pavilhão Multiusos da Santa da Misericórdia, informou " (...) que aquele Pavilhão foi inaugurado sem licença. Juntei os técnicos da Santa Casa da Misericórdia e os técnicos da Câmara, e juntou-se toda a documentação que era necessária, a qual já foi entregue. Neste momento o edifício continua sem licença de utilização, mas penso, que o edifício não está a funcionar". Esclareceu que a aquela situação devia-se à Correção do Plano de Pormenor da UOPG0 de Borba, a qual consta na ordem e trabalhos daquela assembleia, para título informativo à Assembleia Municipal. Informou " (...) logo que esta correção seja publicada no Diário da República, é passada a Licença de Utilização. Toda a restante documentação está em ordem (Fiscalizações, Proteção Civil, Certificados Energéticos; (...). -----

----- No que respeita à intervenção no âmbito da Ação Social, informou que aquela intervenção decorreu no âmbito de ajuda a uma família disfuncional, em que existe uma mãe que quer alugar uma casa para um filho morar. Depois de vários contactos mantidos com a Santa Casa da Misericórdia, é cedida uma casa por parte desta entidade. Acontece que essa casa necessitava de uns pequenos arranjos. Após o contacto desta mãe com a parte da Ação Social da Câmara, foi acordado serem executados esses pequenos trabalhos, para que essa pessoa tivesse o mínimo de condições para viver. -----

----- Relativamente à obra da Recreativa, disse " (...) na altura em que tomei posse, reuni com a antiga direção da Recreativa e perguntei (uma vez que o Ex-executivo não me tinha informado de nada (...)) o que é que está combinado? (...) o que está combinado é fazer da porta uma janela e tentar arranjar mudança do ar condicionado lá para cima, e uma obra interior que tinha que ver com uma chaminé". Salientou que tinham feito o que estava anteriormente acordado, segundo a direção da Recreativa. -----

----- No que respeita à Obra da Porta do Castelo disse " (...) esta obra faz parte de um Plano de Valorização da Cidade de Borba. O valor do investimento feito, na Porta do Castelo foi na ordem de cento e quarenta mil euros. Tentamos antes de abrir a porta, que as casas



dentro do castelo, junto à porta tivessem uma aparência que não fosse de abandono, daí o pedido a alguns proprietários para que procedessem a arranjos e pintura das casas". Informou que foi dada tinta para a pintura da frontaria de uma das casas, que se desconhece o seu proprietário. -----

----- O que importa neste caso é a valorização que as obras trazem para Borba, independentemente de quem as possa fazer, ou tenha feito. Salientou a possibilidade de recorrer a candidaturas do Programa 2020, para recuperar parte do Castelo. Seria essa uma forma de dar vida, a uma parte histórica da nossa cidade. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** penso que ficou claro que eu, não sou o responsável pela não legalização do Pavilhão Multiusos. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse " (...) quem é responsável é quem está nos lugares (...). -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse " os eleitos do PS, pretendem que lhes seja fornecida essa tal listagem que o senhor presidente entregou à Santa Casa da Misericórdia quando juntou os técnicos. -----

- Intervenção em edificação no âmbito da Ação Social, uma obra realizada numa casa privada, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Borba, os eleitos do PS, pretendem a folha de obra, referente a essa obra realizada. -----

- Obra envolvente da Porta do Castelo – Recreativa, (...), senhor presidente no dia em que lhe entreguei as chaves disse-lhe, eu estou cá em Borba, quando precisar de mim eu estou cá. Afirmou, o que estava em causa é a não autorização da obra por parte da Câmara Municipal. Os eleitos do PS pretendem a folha de obra, referente aos trabalhos realizados na Recreativa. -----

- Valorização da Cidade de Borba, disse que o objetivo daquela candidatura era receber dinheiro de obras que já tinham sido realizadas. Foi uma candidatura que foi feita ao Corredor Azul, liderado pela Câmara de Évora, da qual a câmara de Borba fazia parte. Referiu que tinha feito a pergunta sobre o valor do investimento da Porta do Castelo, porque



as pessoas referiam que tinha sido um investimento no valor de quatrocentos mil euros, o que não correspondia à verdade. O investimento realizado foi de cento e trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e um euros e dezoito cêntimos". -----

----- Seguidamente enunciou outros projetos aprovados dentro da mesma candidatura. ----

- Infraestruturas elétricas da Av. dos Bombeiros Voluntários; Compra da Casa à Recreativa; Desvio de uma linha de média tensão, na Rua de S. Bartolomeu; Assentamento de pedra e (...) cubas de granito; Fornecimento e montagem de luminárias na Rua de S. Bartolomeu; Esculturas que foram roubadas da Fonte das Bicas; Iluminação Cénica da Fonte das Bicas; Montagem de Cabos elétricos na Porta do Castelo; o monumento à Ceifeira; Complexo Desportivo e infraestruturas elétricas. Reforçou que a Abertura da Porta do Castelo custou cento e trinta e cinco mil euros, e que tudo o resto que foi aprovado, foi dinheiro líquido que entrou na câmara municipal de Borba. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse (...) ainda bem que Borba tinha ficado a ganhar, com todos aqueles investimentos. O documento que está lá afixado diz respeito ao valor total da candidatura. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse (...) imagino que a confusão está a ser gerada por causa da placa de obras, periódica, que é colocada em frente à porta da Porta do Castelo. Esta candidatura teve uma serie de componentes, a grande maioria dos componentes já estava executada. Os trabalhos novos a desenvolver com esta operação, respeitavam apenas à Fonte das Bicas e há Porta do Castelo. Explicou que a Porta do Castelo tinha uma empreitada em que os valores são parecidos ou muito próximos daquilo que o deputado Sá terá dito (...) na verdade são cento e trinta e quatro mil e setenta euros. (...). O que está aqui em causa é, porque é que aquela placa apresenta um valor total de oitocentos mil euros, quando está num local onde a Porta do Castelo só custa cento e trinta e tal mil euros? Informou que (...) aquela placa tinha sido colocada naquela obra, por indicação do INALENTEJO. De acordo com as instruções recebidas, o município de Borba optou por colocar a placa com o valor total da Candidatura, junto da última obra realizada,



neste caso foi a Porta do Castelo. Estas regras são aplicadas em todo o país, faz parte do manual das diretrizes da autoridade de gestão. -----

----- **O vereador Joaquim Serra** disse (...) quem presenciou a apresentação dos projetos, percebeu que aquilo era uma “manta de retalhos”. Era um conjunto de obras que já estavam realizadas e que havia a possibilidade de apresentar a candidatura e fez-se isso. Fez-se bem! Achei que era uma grande uma exceção do quadro comunitário aprovar uma candidatura daquela natureza, mas se havia viabilidade, ela que seguisse. Era importante saber-se o valor desta candidatura, qual foi o valor elegível, quais foram as taxas de comparticipação. Isto ajuda a perceber as coisas. -----

----- Referiu ser importante saber-se de outras candidaturas as taxas de comparticipação de alguns projetos. Porque no caso da candidatura em análise, primeiro a câmara já tinha investido, e só depois foi ressarcida de uma taxa de comparticipação daqueles investimentos. -----

----- Relativamente às datas de autos de receções provisórias, disse (...) numa reunião (...) até tirei umas fotografias do Pavilhão de Eventos, de quando foi feita a receção provisória do Pavilhão de Eventos, (...) foi pelo menos uma ano antes, dele estar concluído (...). O antigo presidente sabe (...)! O Pavilhão de Eventos teve pagamentos efetuados como se a obra estivesse quase concluída, e a obra ainda ia quase a cinquenta por cento. -----

----- No que respeita à inauguração do Pavilhão Multiusos da Santa Casa da Misericórdia, disse (...), parece que isto não é recorrente naquela entidade, (...) parece que o senhor deputado Ângelo de Sá não estava cá, quando outros equipamentos daquela entidade foram inaugurados sem licença de utilização e começaram a funcionar e estão a prestar serviços (...). O importante é que as entidades agora encontrem a forma de legalizar a situação. Acrescentou (...) que aquele não era o melhor procedimento, em que as coisas sejam inauguradas sem a licença de utilização. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse (...) as componentes que faziam parte desta candidatura, eram obras, que já estavam feitas. A comparticipação foi de oitenta e tal

porcento. -----

----- Em relação à questão das receções provisórias disse (...) a escola estava pronta. Esta questão das receções provisórias, o senhor vereador sabe tão bem quanto eu, que isto tem que ver com questões que surgem, como exemplo EDP, ligações de energias elétricas (...). Não podem é dizer que a obra não estava pronta. -----

----- No que respeita à Santa Casa da Misericórdia disse (...) durante doze anos aquela entidade não colocava aqui, atempadamente as coisas e por isso eu fui aquele individuo, que até fui expulso (...), de facto não permitia que isso acontecesse. Que fique claro que eu não fui o responsável, por aquela obra não estar licenciada. -----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº8 da Sessão Ordinária de 29 de setembro de 2014. -----

----- **O deputado Rui Franco** pediu correção na página nº52 "onde está escrito nas siglas onde diz AMADE", deve constar "AMAMB". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** pediu correção na página nº63 "onde está escrito (...) deputado Benjamim Espiguinha", deve constar " (...) vereador Benjamim Espiguinha". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse (...) o nome deputado surgiu nesta assembleia, quase por inerência, por facilidade de expressão. Na Assembleia Municipal a Dr.ª Helena Roseta, fala de todos os membros como deputados. Todavia a próxima revisão do Regimento da A.M., vai abarcar não deputados, não eleitos, mas sim membros da Assembleia, conforme vem escrito no decreto-lei de setembro de 2013. -----

----- **O deputado Joaquim Trincheiras** pediu a correção na página nº8, " onde está escrito (...) não alinhava em panelinhas, não está cá e terminou também (...), deve " constar (...) não alinhava em panelinhas, e terminou também (...) comigo não vão fazer farinha". -----

----- Após efetuadas as pequenas correções, o senhor presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação tendo o mesmo, sido aprovado por maioria, com **16 votos a favor** (eleitos MuB, PS, PSD e CDU), e **1 abstenção** (eleito CDU). -----



No momento da votação estava ausente da sala um deputado municipal. -----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal 2014 para consolidação definitiva da Técnica Superior (Consultora Jurídica).

----- **O deputado Paulo Ferreira** disse (...) vou votar a favor, mas deixar claro que a consultora jurídica é para trabalhar a favor de todos, porque na última reunião que tivemos (...) enfim, (...) doravante quando houver análises jurídicas que digam respeito a esta assembleia, que se façam chegar com tempo a todos os elementos, é o que eu peço. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse em relação a este assunto (...) temos algumas reservas, à forma como a pessoa aqui aparece (...) há uma coisa que ficamos sem perceber muito bem, como é que em determinadas situações não pode haver admissão de trabalhadores, porque não se pode aumentar as despesas com o pessoal, (...) nem aumentar o número de trabalhadores (...) de acordo com a lei do orçamento de estado, e agora de repente já se pode. Existe aqui algo estranho.-----

----- A resposta que tem sido dada a algumas pessoas que estão à espera de ingressar no quadro da câmara, (...) não há possibilidade (...) não se pode gastar dinheiro, e de repente é possível. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse (...) a consultora jurídica tinha vindo para o município em fevereiro de 2014. A câmara anteriormente tinha uma pessoa de elevada capacidade técnica, de elevada competência, mas era uma pessoa avençada e que vinha cá uma vez por semana e que custava o valor de mil e oitocentos euros mais iva ao município. E a consultora jurídica de que estamos a falar custa o valor de mil e cem/mil duzentos euros por mês ao município e está a tempo inteiro. -----

----- Disse ao Paulo Ferreira, que a consultora jurídica estava ali, para trabalhar para a câmara e para todos os grupos ali existentes. -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** disse que na última vez que tinha sido pedido um relatório técnico, não foi concedido à oposição. -----



----- Disse ao Paulo Ferreira, que a consultora jurídica estava ali, para trabalhar para a câmara e para todos os grupos ali existentes. -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** disse que na última vez que tinha sido pedido um relatório técnico, não foi concedido à oposição. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** reafirmou que a consultora jurídica em causa, estava ali para trabalhar para o município de Borba. Informou ser necessário um ou uma jurista a tempo inteiro na câmara, cada vez mais a legislação muda com mais frequência. As exigências de uma câmara cada vez são maiores, seja ela pequena ou grande. É fundamental a existência de um consultor jurídico. -----

----- Informou que a pessoa em causa tinha estado a desempenhar funções na câmara de Estremoz como jurista e agora, tinha vindo em regime de mobilidade e experiência para o município de Borba. -----

----- **O deputado João Pedro** disse (...) votamos a favor e congratulamo-nos com esta decisão pelos motivos já apresentados. Uma jurista deve estar a tempo inteiro num município, (...) dedicada a 100% ao município de Borba. Feitas as contas de uma forma simples, o município poupa seiscentos euros por mês. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** (...) o que está aqui em causa, não é a questão de dinheiro, mas já que falaram nessa questão, a (...) pessoa que cá estava (...) permanentemente disponível, embora viesse cá uma vez por semana. A pessoa em causa além de ser jurista era advogada da câmara, função que esta a atual pessoa não pode exercer. Se a câmara tiver um processo em tribunal, esta senhora não pode defender a câmara, a câmara terá de contactar um advogado. -----

----- O que está em causa é a lei do orçamento de estado, a lei que não permite o aumento do número de trabalhadores. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que em termos legais, era possível, que tinha sido analisada a lei do orçamento. -----



Confirmou que a pessoa em causa, só poderia defender a câmara em processos do tribunal administrativo. -----

Reafirmou (...) é importante existir alguém com competência, que possa acompanhar os serviços, na área da consultoria jurídica. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à aprovação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com **treze votos a favor** (nove eleitos do MuB, dois PSD e dois CDU) e **cinco abstenções** (um eleito do MuB e quatro do PS). -----

Os eleitos do PS apresentaram e leram declaração de voto, (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.11**) -----

- Declaração de Voto -----

" O PS considera lamentável que se façam estas alterações do mapa de pessoa "avulso" e de acordo com interesses aos quais de momento não nos pronunciamos.-----

Lembramos apenas que existem concursos de trabalhadores para ingresso no quadro da autarquia pendentes, para os quais se encontram pareceres de conveniência e argumentando entre outros aspetos de que era necessário reduzir pessoal e reduzir as despesas com o mesmo. -----

Assim, não entendemos como há pesos e medidas diferentes por parte da maioria CDU/MuB. Como tal o sentido de voto dos eleitos do PS é a abstenção. -----

Borba, 27 de dezembro de 2014 -----

Os eleitos do Partido Socialista -----

Um eleito do MuB, apresentou e leu declaração voto (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº 12**) -----

Declaração de Voto -----

"Relativamente ao ponto 3.3 – Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal 2014, para Consolidação de Técnica Superior (consultora jurídica), pelo facto de não compreender como pode o executivo da Câmara Municipal de Borba propor a admissão de um técnico superior ao quadro de pessoal da autarquia, quando existem indivíduos, devidamente selecionados,



- De referir que o atual executivo justifica o adiamento da integração desses indivíduos no quadro de pessoal da autarquia, com o facto de existirem pareceres económicos no sentido de que a Câmara Municipal de Borba não deve aumentar os encargos económicos com os recursos humanos ao serviço da autarquia. -----

Borba, 27 de dezembro de 2014 -----

O eleito pelo MuB" -----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Atribuição de despesas de representação a dirigente. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou " (...) de acordo com art.º 24.º da Lei 49/2012: -----

" 1- Aos titulares de cargos de direção superior de 1.º grau e de direção intermédia de 1.º e 2.º grau podem ser abonadas despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais. -----

2 – A atribuição de despesas de representação nos termos do número anterior é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal". -----

----- Informou que aquele era o fundamento porque aparecia ali aquele ponto para discussão e aprovação na Assembleia Municipal. -----

----- Não havendo inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor (eleitos do MuB, PS, PSD e CDU) e um voto Contra (eleito do MuB). No momento da votação estava ausente da sala um deputado municipal. -----

Um eleito do MuB apresentou e leu uma declaração de voto (que se arquiva em pasta anexa com **doc. n.º13**) -----

Declaração de Voto -----

" Após a renovação da comissão de serviço do Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível de Administração Geral e Finanças, António Miguel Lanternas Passinhas, pelo período de três anos, a partir de 20 de fevereiro de 2015, foi proposta e aprovada, por unanimidade, em Reunião



de Câmara, no dia 10 de dezembro de 2014, a atribuição de despesas de representação ao referido Chefe de Divisão, com efeitos retroativos a 30 de agosto de 2012. E como nós sabemos, de acordo com o artº. 24º da Lei nº 49/2012, o pagamento de despesas de representação aos titulares de cargos de direção superior de 1º grau e de direção intermédia de 1º e 2º graus deixou de ser obrigatório, passando a depender da Assembleia Municipal nesse sentido. O subsídio de representação solicitado, a título de suplemento mensal, é de 194,79€ e destina-se a vestuário e atos de cortesia individual, sendo a sua aprovação da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. -----

Ainda que reconheça que o cargo de Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível de Administração Geral e Finanças deve ser renumerado conforme a sua grande responsabilidade, e ainda que reconheça uma elevada competência ao Chefe de Divisão António Passinhas, não esqueço, neste meu exercício político, as intenções primárias do MuB – Movimento Unidos por Borba, assim como a justiça social do meu raciocínio não aprova mordomias atribuídas a políticos, ou a detentores de cargos públicos, praticadas um pouco por todo o país, sob pretextos muito pouco convincentes para os milhões de portugueses que convivem diariamente com as dificuldades económicas inerentes ao seu necessitado quotidiano, e continuando a contaminar, através de subsídios imorais, uma Sociedade que se quer cada vez mais justa e um município que se quer cada vez mais equitativo e íntegro. Assim sendo, por conservar as boas intenções do MuB, por motivos éticos, e por respeito a todos os munícipes que vivem com dificuldades económicas, voto contra esta atribuição de despesas de representação a dirigente. -----

O eleito pelo MuB – Movimento Unidos por Borba, -----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Documentos Previsionais. -----

a)Proposta de Orçamento para o ano de 2015 -----

----- **O deputado João Pedro** disse (...) que a CDU ia votar a favor, por uma intenção simples, por todos os constrangimentos, aos quais o município está vetado e porque este



orçamento está comprometido desde há uns anos para cá. Este orçamento reflete a estratégia de gestão dos últimos doze anos da maioria PS. -----

----- **O deputado Celso Ramalho** disse (...) já estamos a votar o orçamento para 2015, (...) quando existem obras inscritas no orçamento de 2014, que ainda nem sequer foram iniciadas, e outras que ainda não estão acabadas. -----

Referiu (...) "na opinião dos deputados do PS, é um orçamento sem visão, com muito pouco investimento para a cidade de Borba, com três ou quatro obras avulso, sem grande linha estratégica e sem linha orientadora. Não queremos ser força de bloqueio, por isso o nosso voto é a abstenção. -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** disse " (...) o orçamento de 2015, (...) deve ser um pouco a repetição de 2014, condicionado também pelo PAEL. Queria congratular-me com a proposta que o nosso vereador fez em reunião de câmara sobre o orçamento participativo 2016, (...) aprovado por todos. Convido-vos, a todos desde já, em pensarmos, trabalharmos em conjunto a proposta para o orçamento participativo da parte percentual que assim exige. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse " (...) este documento é um documento importante e que marca o trabalho do município durante o ano de 2015. (...) juro que me esforcei em tentar percebê-lo (...) há coisas que nem sequer entendo. Continuasse a dizer que as despesas têm de ser estudadas e aprofundadas. O texto (...) é parecido ao do ano anterior. Existe cá nesta casa, muitas dificuldades em desenvolver documentos, pensar em termos de desenvolvimento, não podemos continuar a dizer que é a TROIKA, Plano de Ajustamento Financeiro que o Governo fez com a TROIKA, Plano de Ajustamento Financeiro do PAEL. --- Não podemos esquecer que o município de Borba em termos de receita de IMI, quase duplicou relativamente ao previsto". -----

- Relativamente à primeira linha estratégica - **Emprego e Desenvolvimento**; " *que assume como finalidades principais a implementação de medidas geradoras de emprego, a realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do concelho, individualmente e*



através de parcerias e a concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto". Disse (...) isto é IPSIS VERBIS, daquilo que estava no anterior, e pergunto a mim mesmo, o que é que foi feito, durante este ano? Zero!"

*- **Aprofundar a Democracia** disse (...) este deixou-me pasmado, como é que se aprofundou tanto a democracia este ano! ". -----*

*----- Seguidamente referiu outras linhas estratégicas, como a **Justiça Social, Planeamento, Ecologia e Ambiente (...)**. Saliu que o importante era pensar no futuro. (...) não podemos ficar eternamente reféns daquilo que se passou ou está a passar, bem ou mal. Disse (...) as obras estão cá todas, ninguém as leva, daqui! (...) deixem os privados funcionarem, quais parcerias! -----*

No Programa de Incentivo ao Empreendedorismo Local (PIEL) "(...) Na senda de tais objetivos o PIEL consistirá, essencialmente, na atribuição de apoio financeiro aos agente económicos que pretendam criar ou fixar novas empresas no concelho de Borba, abraçar novas oportunidades de investimento ou gerar o próprio emprego". Disse (...) se câmara diz que não tem dinheiro para coisa nenhuma, vai atribuir apoio financeiro aos agentes económicos (...). -----

----- Referiu que as linhas estratégicas eram basicamente aquilo que se passou no ano passado e nos anos anteriores (existem partes suas/PS), o texto é muito igual. -----

*----- Seguidamente fez referência à linha Estratégica da **Justiça Social**. Perguntou quantas vezes desde que o MuB (...) e mais tarde CDU/MuB, tomaram posse, quantas vezes a Rede Social reuniu? Quantos técnicos existem de serviço social na câmara de Borba? Quem é o técnico da câmara de Borba que tem este cargo? Só podem estar a brincar connosco! -----*

*----- No que respeita ao **Planeamento, Ecologia e Ambiente**, disse "(...) existem aqui planos que estavam quase concluídos há um ano atrás, o que foi feito até agora? Zero!" Seguidamente referiu todos os planos pormenores em execução. -----*

*No que respeita ao **Desenvolvimento de Ações e medidas em parceria com a "Águas do Centro Alentejo, S.A."**, referiu que existia ali uma contradição, por um lado queriam acabar com o acordo com as Águas do Centro Alentejo, e por outro queriam fazer parcerias. -----*



-Relativamente ao Programa Sapadores Florestais pediu informação, sobre a candidatura que foi feita sobre aquele assunto, e se está previsto manter o mesmo número de postos de trabalho? -----

----- Salientou que o Partido Socialista, (...) não pode ser força de bloqueio (...). Chamou atenção para o futuro quadro comunitário, o qual aponta muito para parcerias, e as quais não via ali, naqueles documentos espelhadas.-----

----- Disse " (...) volto a dizer o mesmo que há um ano atrás, (...) este documento que está aqui nas nossas mãos, é uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma". -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** disse " (...) o Dr. Ângelo de Sá, em relação ao PAEL, falou mas não disse tudo. Esqueceu-se de dizer que no PAEL há vários graus de participação em que os que estão no escalão máximo, obviamente que não podem reduzir as taxas". -----

Relativamente a uma situação referida pelo Dr. Ângelo de Sá, em que diz que o documento em apreciação tem " partes suas (PS), referiu " (...) realmente temos partes suas, do PS, temos obras que foi gastar dinheiro em excesso e pouco ou nada se aproveitam. E temos muita dívida, (...) que é tradicional dos governos PS. -----

----- Acrescentou que " (...) estas situações do PAEL, que tanto eram criticadas no início por todos (...) inclusivamente uma correção do orçamento, em que pagamos menos juros, serviu para pagar, indemnizar antigos autarcas aqui de Borba. Todas estas situações não são assim tão más como querem fazer quer". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse " (...) temos um orçamento de sete milhões de euros, que primeiro antes de ser aprovado tem que ir à tutela, (...) isto revela a limitação que temos. Obviamente que a imaginação também conta muito, e eu gosto muito de imaginar. Três milhões de euros são para despesa com pessoal, um milhão para as Águas do Centro Alentejo, cento e trinta mil euros para a GESAMB, cerca de duzentos e quinze mil em combustíveis, duzentos e cinquenta mil euros em energia, duzentos mil em juros, (...) tudo somado, pouco resta". -----

----- Explicou " (...) em 2015 iremos aplicar nos passos do concelho, trinta mil euros, (...)



recuperação das salas do rés-chão do edifício. Procederemos á aquisição de viaturas (cerca de oitenta mil euros), porque o parque de máquina está como todos nós sabemos. (...) não vale a pena dizermos o que herdamos, (...) vale a pena dizer o que queremos corrigir. Ficará pronto mais um parque infantil. Investiremos em águas cerca de cinquenta mil euros. Começaremos a trabalhar no Polo Industrial. Procederemos á reparação da estrada do Barro Branco". -----

----- Disse " (...) isto é um orçamento realista! É um orçamento sem imaginação, é sim senhora, é o nosso orçamento (...) conversa, (...) a mim não me diz nada, (...) o que me diz é aquilo que é objetivo". Adiantou "(...), a obra da Av. D. Dinis de Melo e Castro será feita dentro de pouco tempo, (...) o arranjo do telhado do Sport Clube Borbense, que é propriedade da câmara, será feito durante o ano de 2015. (...) o mais importante que muita conversa, é sabermos o que é que queremos. (...) não podemos obrigar os borbenses a apertar cada vez mais o cinto, e a pagar taxas máximas, para depois vir alguém a fazer "brilharetos". -----

----- Afirmou " (...) este orçamento é um orçamento realista para cumprir. Que visa acima de tudo, tentar resolver os problemas das pessoas de uma forma muito básica. (...) nada de grande ilusões (...). A obra a curto prazo aparecerá. -----

----- Relativamente aos Sapadores Florestais, informou que a intenção é de manter os cinco sapadores, no entanto se não for possível, ficarão os melhores. -----

----- No que respeita ao Quadro Comunitário Novo – Programa Portugal 2020, informou que veio a Borba um técnico, o qual fez uma explicação perfeita dos eixos principais daquele programa. Agradeço ao vereador Benjaminim todo o apoio prestado. Explicou que o programa ainda não tem os regulamentos, específicos para cada área, (...) mas logo que sejam conhecidos (...), poderemos fazer em qualquer momento, uma revisão orçamental.-----

----- Pediu permissão ao senhor presidente da Assembleia Municipal, para que todos os vereadores se manifestassem. -----

----- **O vereador Benjaminim Espiguinha** agradeceu ao deputado Ângelo de Sá, a atenção



com que leu ata, e a correção que fez em relação ao papel que eu desempenho nesta assembleia. (...) referiu a dificuldade da leitura das atas, devido á sua extensividade(71 páginas), aproveitando para alertar para a verificação de como funcionam as assembleias neste mandato, no que respeita ás intervenções dos intervenientes. -----

----- Disse " (...) não me diminui nada em ser tratado por deputado ou vereador (...), alguns foram habituados a ser tratados por presidente durante muitos anos e (...) queriam continuar a ser, mas o povo entendeu de outra maneira, (...) repito, não tenho problema nenhum, à designação que me é atribuída". -----

----- Saliou " (...) é preciso cuidado em tudo. (...) nenhum político foi preso por ter baixado o IMI. Agora há municípios que estão a ver verbas retidas por causa dessa situação. Por não estarem a cumprir aquilo que foi determinado (...) foi assinado, eu quando assino uma coisa é para a cumprir!" -----

----- Disse " (...), não é importante para mim ter sido eu a lançar a questão do orçamento participativo, (...) o mais importante que isso, é que isto se faça. Naturalmente teremos que o fazer em reunião de câmara, teremos de o discutir (...), é um processo que demora alguns meses. Penso que é importante que entre todos, rapidamente, possamos dar este primeiro passo". -----

----- **O vereador Joaquim Serra** disse "(...) durante doze anos não vi nenhuma linha estratégica nos documentos, agora também não vejo, (...) apesar de haver muita coisa escrita, mas aquilo, depois (...) "espremido", não dava em nada. É visível que seja difícil de perceber um orçamento de sete milhões de euros, não e de vinte milhões, (...) os de vinte milhões a gente todos os percebíamos muito bem. -----

----- Explicou que aquele orçamento, já estava previsto nos valores do PAF- Plano de Ajustamento Financeiro, para o ano de 2015, que foi assinado pelo antigo executivo, como um orçamento na ordem dos sete milhões e setecentos mil euros. Afirmou " (...) aqui é que reside aquilo que é preciso discutir. Podemos ter toda a imaginação do mundo, mas o problema está aqui, a visão estratégica esteve aqui, neste anos em que levaram há



assinatura deste PAF (...). A visão estratégica, foi criar uma situação há câmara, em que num orçamento real, que é no que estamos a falar, porque andamos muito tempo a falar com imaginação; (...) agora fomos obrigados a vir ao mundo real, (...) diz que a câmara de Borba, tem receitas que lhe permitem ter um orçamento de sete milhões e setecentos mil euros. E dessas receitas que tem, (...) encargos com pessoal na ordem dos três milhões e tal. Devido à visão estratégica do passado, tem encargos com a banca de um milhão de euros, para pagar. E depois tem de ter a máquina funcionar que são mais dois milhões de euros, e a nossa imaginação resta para cerca de um milhão de euros. São estes os números reais (...). É preciso ter mais que tudo (...) muita responsabilidade naquilo que são as prioridades, (...) onde se vai investir. -----

----- Disse" (...) eu percebo que é importante que estejamos preparados para o quadro comunitário, (...) para as parceiras, (...) preparados para elaborar os projetos quando houver os regulamentos, mas nunca nos podemos desviar da nossa "reduzíssima", capacidade de investimento. Para além disto temos as outras normas que estão no orçamento de estado, que dizem, que temos de nos aproximar nas despesas com pessoal na ordem dos 35%. (...) os encargos assumidos e não pagos no final de 2015, tem de ser inferiores ao encargos assumidos no início de 2015. Se estas regras não forem cumpridas, começam as retenções de verbas por parte do estado". -----

----- Esclareceu que a receita do IMI, em Borba duplicou, mas o município não tem autonomia de aplicar a essa receita. Foi-nos comunicado que esse valor tinha de servir para amortizar a dívida que tínhamos anteriormente. A receita não pode ser utilizada para novos investimentos. -----

----- Relativamente ao Plano de Apoio á Ecopista, referiu que gosta das coisas transparentes e claras, quando vamos localizar os equipamentos de apoio à Ecopista o que encontramos é o acampamento das famílias de etnia cigana. "Um plano feito desta natureza deixa muitas reservas (...). Acrescentou "(...) não gosto daquele plano porque não é um Plano verdadeiro, é um plano falso!(...). -----



----- No respeito ao orçamento participativo, revelou ser unânime, todos estavam de acordo, todas as pessoas se deviam envolver, participar dentro daquilo que são as vontades e o valores do orçamento que estão disponíveis. -----

----- **O deputado João Pedro** disse "(...) não entendi na intervenção do deputado Ângelo de Sá, (...) se concorda ou não com as parcerias". -----

----- Disse " (...) os protocolos das freguesias que vigoraram durante doze anos, foram copy pass dos protocolos que vinham da CDU". -----

----- Quanto à democracia, referiu o resultado chegado de alguns processos disciplinares levantados a funcionários, no entender da justiça, mal levantados. -----

----- Referiu as chamadas de atenção da CDU á anterior maioria, no que respeita aos condicionalismos que a Câmara vai sofrer durante o período em que o PAEL vai vigorar. -----

----- Disse " (...) um dos maiores constrangimentos do orçamento (...) é por exemplo, a DGAL chumba o orçamento por causa de dois mil euros. (...), aqui vesse o que a câmara pode fazer áquilo que são as imposições legais. Este orçamento e o do ano anteriores são muito semelhantes aos dos dois últimos orçamentos do PS, em que não se fez rigorosamente nada (...). -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse ao deputado Benjamim "(...) relativamente à retenção de verbas por não cumprimento (...) veja como está a fazer o seu "camarada" da câmara de Albufeira". -----

----- Disse ao senhor vereador Joaquim Serra "(...)houve estratégica, e todos nós sabíamos e estávamos conscientes, (...) que os investimentos que eram feitos tinham que ser pagos. Mas agora há uma coisa curiosa em si, é que agora não o ouço dizer mal do governo. Quando o PS estava na câmara (...), dizia mal do governo, mas agora (...), há aqui qualquer coisa de estranho. -----

----- Salientou que a questão do PAEL tinha que ver com a política dos sucessivos governos. -----



----- Disse " (...) senhor vereador eu não quero utilizar uma frase, que o senhor utilizava muito " transformar receitas em despesas", que é o que se está a passar aqui, e o senhor sabe do que eu falo e sabe muito bem". -----

----- Referiu que os equipamentos de Apoio à Ecopista previam muito mais que as habitações onde estavam alojadas as pessoas de etnia cigana, e "o senhor tão bem como eu do que estamos a falar. Não é um plano falso". Seguidamente explicou o que tinha referido. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** de acordo com o artigo 44 do Regimento da Assembleia Municipal, advertiu o orador relativamente ao facto de resumir as suas considerações. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse "(...) João Pedro eu fui muito claro relativamente às parcerias, (...) . Eu sempre fui defensor das parcerias. Nós não temos de fazer parcerias com uma instituição da qual somos acionistas. (...) digo-lhes (...) estou disponível, pessoalmente e politicamente para ajudar naquilo que for preciso". -----

----- Quanto à aplicação dos processos disciplinares, referiu que deveria existir algum cuidado, quando se diz que " não se vai levantar processos disciplinares aos funcionários da câmara". -----

----- Quando se fala em imaginação e criatividade, tem que ver com a pressão política, que se pode fazer, junto do Estado. -----

----- **O deputado Sérgio Gazimba** cumprimentou todos os presentes e disse " (...) o protagonismo, aquela vivacidade, (...) prepotência, (...) vontade e apegão ao poder que sempre marcou a postura do PS em doze anos continua pura e simplesmente a mesma. ----

----- Relativamente ao orçamento disse "(...) muito poucos dos que estão aqui votaram os orçamentos da maioria PS. (...) eram orçamentos inflacionados em 50%, para se puderem endividar e fazerem obras megalómanas, que hoje em dia têm custos insustentáveis, sem que a prioridade fosse definida. (...) toda estas políticas (...) levaram ao longo dos anos, ao endividamento insustentável desta câmara, (...) a recorrer ao PAEL". -----



----- Acrescentou que o PAEL vai penhorar os destinos desta câmara e de outras, durante mais de vinte anos. -----

----- No que respeita à Democracia disse " (...), temos que aceitar que as pessoas muitas vezes querem mudar, e o querer mudar neste caso significou uma coisa, as pessoas de Borba não queriam aquelas obras todas (...), não queriam aquele endividamento feito, mas queriam uma câmara amiga das pessoas, próximo das pessoas, que ajudasse no real problema que as pessoas tinham". -----

----- Referiu que as obras feitas não saíram de Borba, só que a sua utilidade e gestão não eram sustentáveis. -----

----- Realçou "(...) este orçamento é um orçamento real, por isso eu vou votar a favor, independente de ter pouco imaginação e de não fazer obra, mas é um orçamento real, (...) executável. (...) um dos grandes erros foi a elevação de Borba a cidade". -----

----- **O vereador Joaquim Serra** disse " (...) relativamente ao governo (...) a bancada da CDU apresentou no início desta sessão uma Moção, precisamente contra o orçamento de estado (...) proposta do governo lesiva dos interesses das populações, lesiva dos interesses dos municípios. Na câmara toma as mesmas posições. (...) A CDU e pelo PCP sempre assumiram as suas posições políticas contra o governo, quando elas existem". -----

----- Relativamente à questão do realojamento das famílias de etnia cigana, disse " (...) estava previsto, para onde, como e com que meios, isso nunca nos foi dito. (...) é claro que não estava previsto realojamento em lado nenhum (...) ". -----

----- Relativamente à pergunta feita pelo deputado Ângelo de Sá, no que respeita à técnica de serviço social que está na câmara, respondeu " (...) é a mesma que cá ficou quando o senhor saiu". -----

----- **O vereador Benjamin Espiguiha** disse ao deputado Ângelo de Sá " (...) a câmara de Albufeira aprovou na semana passada a liquidação total do PAEL, até ao final de este ano. (...) que bom seria que Borba também o pudesse fazer". -----



----- **O deputado Ângelo de Sá** disse ao deputado Sérgio Gazimba "(...) o apego ao poder é um fantasma na cabeça há muitos anos. (...) obras megalómanas (...) a câmara de Borba tinha um plano e cumpriu ao longo dos anos." -----

----- Realçou que o PAEL não vai marcar em nada, o desenvolvimento da câmara de Borba, durante vinte anos. Reafirmou " (...) não se pode transformar receitas em despesas". -----

----- Referiu "(...) o mais não é ter-se os títulos, mas saber-se o que fazer com os títulos". ----

----- No que respeita ao realojamento das famílias de etnia cigana, informou que estava previsto esse realojamento, até porque Borba tem um perímetro urbano, com muita área por preencher. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com doze votos a favor** (eleitos do MuB, eleitos da CDU) e **seis abstenções** (eleitos do PS e eleitos do PSD). -----

b) Proposta de Grandes Opções do Plano para 2015-2013 -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com doze votos a favor** (eleitos do MuB, eleitos da CDU) e **seis abstenções** (eleitos do PS e do PSD). -----

Os eleitos do PS apresentaram e leram declaração e voto (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº 14**). -----

"- Declaração de Voto -----

Documentos Previsionais -----

- A análise das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 da coligação CDU/MuB e principalmente aquilo a que o Senhor Presidente da Câmara costuma chamara de "conversa de treta", verificamos que de facto ele tem razão porque é mesmo de conversa de treta que se trata. Obviamente que esta reflexão inicial se deve ao facto da conversa do ano anterior ter sido parecida e o resultado está à vista: "Borba não faz bem nem mal", faz é " pouco ou nada". -----

- Estamos perante as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 pouco ambiciosos e que contribuirão seguramente para a estagnação do Concelho, contrariamente ao que foi feito



- ao longo dos 12 anos de gestão PS. -----
- As linhas estratégicas definidas que refletem a “visão estratégica central” definida pela maioria CDU/MuB são vagas e pouco ou nada dizem, de forma a permitir que ao longo do ano de 2015 se cá continuando a enganar os borbenses e a fazer pouco ou nada em prol do seu bem estar e da sua qualidade de vida. É aliás assumido para que “ as linhas estratégicas de desenvolvimento sejam exequíveis a médio e longo prazo, torna-se imperativo iniciar alguns projetos e ações em 2015”. -----
 - O que a maioria CDU/MuB pretende dizer é que vamos ter mais um ano, tal como dissemos no ano anterior nas Grandes Opções do Plano e Orçamento que classificamos como uma “mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma”. -----
 - A análise comparativa das Grandes Opções do Plano de 2014 e 2015 são obviamente as mesmas com os mesmos textos, com as linhas estratégicas idênticas e certamente com os mesmos resultados: “igual a zero”. Se no ano passado a desculpa foi “falta de tempo” para elaboração destes documentos, a deste ano só poderá ser ausência de ideias e falta de estratégia. -----
 - Não pode continuar a ser o PAEL (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) que o governo assinou com a Troika e o PAF (Plano de Ajustamento Financeiro) que o Município de Borba tem em curso no âmbito do PAEL as desculpas para a estagnação do Município. O PS repudia vivamente tal atitude da maioria CDU/MuB não só porque as receitas em termos de impostos têm sido muito superiores ao previsto, mas também porque tem havido pouco interesse na cobrança de outras receitas, nomeadamente de algumas referentes a equipamentos, resultante duma política populista, além dum desinteresse total em exercer pressão junto dos órgãos governamentais, tendo em vista modificar as regras do PAEL e encontrar soluções para novas formas da sua amortização. -----
 - Mas dado que o PS não pretende ser força de bloqueio, embora tivesse outras opções que certamente marcariam o desenvolvimento do Concelho, optou por se abster em relação às GOP´S e Orçamento para 2015. -----



Borba, 27 de dezembro de 2014-----

Os eleitos do PS”-----

- Os eleitos do PSD apresentaram e leram declaração de voto (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº 15**).-----

“- Declaração de Voto-----

- Orçamento para o ano de 2015-----

- Grandes Opções do Plano para o Ano de 2015-----

- As propostas de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o próximo ano, revelam uma vez mais a pesada herança resultante da gestão desastrosa e irresponsável que o nosso concelho teve ao longo dos últimos anos.-----

- O Município de Borba ainda se encontra numa situação de desequilíbrio financeiro que obviamente condiciona os documentos em apreciação, e vai continuar a condicionar negativamente o desempenho da autarquia durante os próximos anos.-----

- De salientar que os números apresentados por estes documentos espelham uma realidade bem diferente daquela que era apresentada aqui no passado recente, imposição que se deveu ao Plano de Ajustamento Financeiro aquando da candidatura ao PAEL, mas desde cedo denunciada pelo PSD.-----

- Este não é logicamente o orçamento do PSD, no entanto, entendemos que quem foi eleito pelo povo para gerir os destinos do Município deverá ter toda a legitimidade para apresentar as propostas sufragadas, desde que o faça com rigor.-----

- Jamais iremos abdicar, durante este mandato, de fiscalizar e acompanhar as atividades da Câmara, procurando apresentar propostas do nosso Programa Eleitoral. Exemplo disso mesmo foi a proposta apresentada em reunião de Câmara pelo Vereador do PS – Benjamim Espiguiinha – de implementação de um Orçamento Participativo em 2016.-----

- Em relação aos documentos em discussão entende a Bancada do PSD abster-se pelos motivos apresentados.-----



Borba, 27 de dezembro de 2014 -----

Os eleitos do PSD" -----

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2015. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** referiu que aquele Mapa de Pessoal refletia, aquilo a que a lei obriga. Seguidamente disse "(...) tenho pena que não se tenha aproveitado o ano de 2014 (...) para integrar mais gente (...), porque a lei de orçamento de estado para 2015 ainda é mais restritiva (...), vai impedir a câmara de meter mais gente, vai ter de reduzir mais pessoal". -----

----- Realçou que o PS não concordava com aquele Mapa de Pessoal e que a sua opção teria sido outra. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse "(...) no entender deste executivo, este é o Mapa de Pessoal mais correto para a Câmara Municipal de Borba. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** perguntou se as vagas dos concursos que estavam à espera para admissão de pessoal, estavam previstas naquele Mapa de Pessoal. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu que aquelas vagas estavam previstas no Mapa de Pessoal apresentado. Era uma questão que tinha de ser muito ponderada. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por **maioria, com nove votos a favor** (eleitos do MUB) e **nove abstenções** (eleitos do PS, PSD, CDU e um eleito do MuB) -----

Os eleitos da CDU apresentaram declaração e voto oral. -----

" *Nós abstivemos em relação ao Mapa de Pessoal, porque ele não permite ter uma visão dos contratos que cessam e dos contratos que se renovam*". -----

Os eleitos do PS apresentaram e leram declaração e voto.(que se arquiva em pasta anexa como **doc. n.º 16**). -----

"- *Declaração de Voto* -----

- *Proposta Mapa de Pessoal para 2015* -----



- O PS considera inadmissível que no ano de 2014 existindo folga para integrar trabalhadores no quadro do Município, não o tenha feito. -----
- Recorreu a trabalho precário através de empresa de trabalho temporário, através de contratos precários e recorrendo a inúmeros programas de ocupação temporária do IEFP. -----
- O PS entende que foi intencional a opção de não integrar trabalhadores em 2014, sabendo à partida que a LOE/2015 ainda é mais restritiva. -----
- Em face do exposto o sentido de voto dos eleitos do PS é de abstenção. -----

Borba, 27 de dezembro de 2014 -----

Os eleitos do Partido Socialista" -----

Um eleito do MuB, apresentou e leu declaração de voto. (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº 17**) -----

Relativamente ao ponto nº 3.6 – Proposta do Mapa de Pessoal para o Ano de 2015, por uma questão de consonância com a declaração de voto, por mim, apresentada no ponto 3.3, que passo a expor: -----

- Não ter o atual executivo integrado nos quadros da autarquia os indivíduos selecionados em concursos de admissão de pessoal anteriormente realizados, quando existiam condições económicas da autarquia para realizar a integração desses indivíduos no quadro de pessoal. ----

- O meu sentido de voto é a abstenção. -----

- Borba, 27 de dezembro de 2015 -----

- O eleito do Mub" -----

PONTO TRÊS PONTO SETE: Proposta de pedido de autorização à Assembleia Municipal para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2015. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que aquele era um empréstimo anual que servia no caso de ocorrer dificuldades de tesouraria. Informou que o Banco que tinha apresentado a melhor proposta tinha sido o Santander Totta. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** perguntou qual o valor utilizado durante o ano de 2014, do empréstimo, e se esse valor já tinha sido liquidado. E se o objetivo do empréstimo em



discussão era o mesmo do ano anterior, em que o empréstimo só seria utilizado se houvesse necessidade disso. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que o objetivo mantinha-se, o empréstimo de curto prazo só seria utilizado em caso de necessidade. -----

----- De seguida cedeu a palavra ao chefe de divisão. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse q"(...) no ano anterior foi solicitado um empréstimo de curto prazo no mesmo montante, duzentos e cinquenta mil euros. Foi utilizado na totalidade, duzentos e cinquenta mil euros, (...) foi totalmente amortizado. O objetivo é exatamente o mesmo, utilizar quando fizer falta e para o que fizer falta. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

PONTO TRÊS PONTO OITO: Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2015. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão -----
Não havendo inscrições colocou o documento à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com doze votos a favor** (eleitos do MuB, e eleitos do PSD) **e seis votos contra** (eleitos do PS e eleitos da CDU). -----

Os eleitos do PS, apresentaram declaração e voto. (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.1 8**) -----

"Declaração e voto -----

- *Tendo em conta o que esta receita representa para o volume total de receitas da CMB;* -----

- *Tendo em conta que por imposição do atual Governo PSD/CDS-PP a Câmara Municipal de Borba está ao abrigo do chamado PAEL, com um programa de Ajustamento Financeiro apertado, que sobrecarrega os munícipes de todo o concelho;* -----

- *Tendo em conta que este atual executivo ainda não demonstrou vontade e ou capacidade para junto das instâncias tutelares negociar ou renegociar, as condições deste programa financeiro;* -----



- Tendo em conta o Brutal aumento de impostos que todos os Portugueses sofreram nos últimos anos, com incidência especial em 2014 e -----
- Tendo também em conta que o PS enquanto governou os destinos do Concelho, também sempre aplicou esta Taxa, mas num enquadramento totalmente diferente do atual, entendemos que esta seria uma boa altura para dar um sinal a todos os Municípios, a vontade de realmente de mudar algo, entendemos, pois, que esta seria uma boa altura para abolir esta taxa, levando em linha de consideração o que a mesma representa para a Autarquia. -----
- Pelo exposto os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal votam contra este ponto e apresentam a respetiva declaração de voto. -----

Borba, 27 de dezembro de 2014 -----

Os eleitos do Partido Socialista" -----

Os eleitos da CDU apresentaram uma declaração de voto oral. -----

"A bancada da CDU votou contra a fixação da Taxa Municipal Direitos de Passagem, porque a CDU entende, quem deve pagar esta taxa é as empresas de comunicações e não os consumidores finais". -----

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Fixação do feriado anual do município para o ano de 2015. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse (...)de acordo com a alínea m) do nº2 do art.º25 da Lei 75/2012 de 12 de setembro, é competência da Assembleia Municipal fixar o dia feriado anual do município. Como o feriado do município é um feriado móvel (segunda-feira de Páscoa), terá de ser fixado anualmente. -----

Em 2015 o dia do feriado é o dia 06 de abril. -----

Não havendo inscrições, colocou o documento á votação tendo o mesmo **sido aprovado por unanimidade dos presentes**. No momento da votação estavam ausentes da sala dois deputados municipais. -----

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança. -----



Aprovado por unanimidade que este ponto transite para uma próxima Assembleia, de forma que seja prestada mais informação.

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Designação de quatro cidadãos de reconhecida idoneidade para integrarem o Conselho Municipal de Segurança. -----

Aprovado por unanimidade que este ponto transite para uma próxima Assembleia, de forma que seja prestada mais informação.

PONTO TRÊS PONTO DOZE: Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que a forma apresentada, seria para um melhor funcionamento da Câmara. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo **sido aprovado por unanimidade dos presentes**. No momento da votação estavam ausentes da sala três deputados. -----

PONTO TRÊS PONTO TREZE: Relatório de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro Integrado no PAEL-3º Trimestre 2014 - Análise e remessa de Informação para a Assembleia Municipal (Título Informativo) -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** referiu, (...) a documentação referente aquele ponto se encontrava na posse de todos os presentes, no entanto se for necessário alguma explicação pontual, o chefe de divisão Dr. António Passinhas, esclarecia. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** pediu para que fosse feita uma abordagem sintética daquele documento, pelo chefe de divisão. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse "(...) o relatório de monitorização, respeita ao terceiro trimestre. (...) apresenta aquilo que são as medidas previstas e a sua execução ou não. A primeira relacionada com o IMI e a segunda com a Derrama (...). É previsível no final do ano receber-se mais receita do que aquela que estava prevista no PAF nestes dois itens. A terceira respeita à Venda de Património. É previsível no final do ano (...), que fiquemos muito á quem,



daquilo que era previsto. (...) angariar mais receita com rendimentos de propriedade, e á partida e isso também não vai acontecer. -----

- No que respeita à execução quer da receita quer da despesa, de acordo com o que estava previsto no PAF (Plano de ajustamento financeiro), (...), com umas pequenas variações, estamos em linha de conta com aquilo que era previsível. O mesmo acontece ao endividamento líquido, que neste momento ainda não consegue ser aferido, e á dívida total do município. -----

----- **O deputado Celso Ramalho** pediu um esclarecimento mais pormenorizado das despesas com pessoal. Referiu que existia ali uma discrepância. (...) estava previsto uma redução de duzentos e cinquenta mil euros, (...) e o que se verificou foi (...) um milhão e pouco (...), porquê esta discrepância toda? -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse " (...) o PAF (Plano de Apoio) quando foi elaborado assumiu que o PAEL, (...) a dívida que existia no município para com a ADSE, era paga com o empréstimo do PAEL. Os encargos com a saúde, Segurança social e ADSE entram na rubrica de despesas com pessoal. (...) o que foi assumido, (...) logo no primeiro ano de execução, haveria uma redução de quatrocentos mil euros com despesas. (...) no primeiro ano pagavam-se as despesas com encargos da saúde, da dívida respeitante a 1982 a 2006, (...) no segundo ano como isso não tinha que ocorrer, já existiria redução dessas despesas. O que aconteceu até aqui (...) o PAEL não aprovou as despesas com a ADSE, como tal o município tem vindo a pagá-las. A leitura que o deputado Celso está a fazer, respeita apenas a uma situação diferente, estamos a falar do terceiro trimestre, e no terceiro trimestre, as despesas com pessoal ainda não estão pagas na sua totalidade. (...) o que aqui aparece (...), parece que é uma poupança de um milhão de euros, em relação ao que estava previsto (...), não existe essa poupança, faltam pagar três meses de despesas com pessoal, e as despesas com os encargos com a saúde que estavam previstas, não se executaram (...). -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** chamou atenção para a alínea J) da página oito daquele documento a qual diz o seguinte " *As despesas com subsídios (pagamentos de programas ocupacionais e rendimentos de inserção cofinanciados pelo IEFP) apresentam uma execução superior à prevista no PAF, uma vez que o Município optou por aproveitar as oportunidades geradas por estes programas ocupacionais do IEFP de modo a fomentar o emprego no*



concelho (...) ". Disse (...) isto não é verdade. O que se passa aqui é que não há geração e emprego, o que há é ocupação temporária das pessoas. -----

PONTO TRÊS PONTO CATORZE: Proposta de Correção do Plano de Pormenor da UOPG de Borba (Título Informativo) -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse " (...) este plano tem um autor, seja que alteração houver, o autor tem de estar de acordo". Perguntou se o autor do projeto tinha sido consultado e se existe algum documento escrito, que diga que concorda com o que está ali.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse " isto é uma correção, não é uma alteração (...), segundo informação recebida da Técnica Ana Malta (responsável sobre esta matéria), foi tudo falado com as pessoas responsáveis". Quanto ao documento escrito, disse que se ia informar se existe ou não, algum documento escrito sobre a informação do autor do projeto. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse (...) se foi feita consulta, os eleitos do PS querem saber quando foi feita a consulta. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que a informação depois lhe será dada. ----- Seguidamente desejou a todos os presentes um bom ano e pediu ao vereador Benjamin que fizesse um convite. -----

----- **O vereador Benjamin Espiguiha** desejou a todos os presentes um bom ano de 2015, com saúde. -----

Seguidamente fez o convite a todos para estarem presentes, no concerto de Natal que se ia realizar naquele dia na Igreja de S. Bartolomeu, é um concerto entre as Paróquias de Borba e Banda do Centro Cultural de Borba. -----

----- **O deputado Joaquim Trincadeiras** " (...) completou o convite feito pelo vereador Benjamin Espiguiha, às cinco horas na igreja de Bartolomeu. Como diretor do Sport Clube Borbense, convidou a população a ir ao campo de futebol de Borba, porque vai jogar-se uma eliminatória da taça da associação de futebol de Évora, e o borbense vai estar em campo e precisa do apoio de todos. Desejou um feliz ano a todos", -----



----- **O deputado Ângelo de Sá** desejou um bom ano de 2015, que seja e facto um ano de mudança para bem do povo português. Disse que a experiência do ano anterior, relativamente ao concerto de Natal entre o Coro das Paróquias de Borba e a Banda do Centro Cultural, tinha corrido muito bem. Aproveitou para deixar o convite em nome do Centro Cultural. -----

----- **O deputado João Pedro** desejou em nome da bancada da CDU, uma continuação de Boas Festas a todos, e um ótimo Ano de 2015 cheio de saúde principalmente. -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** desejou a todos um bom Ano. Disse "(...) o deputado João Letras encarregou-me de pedir desculpas à Mesa, mas ele teve que se ausente, por motivos profissionais ". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** desejou a todos um bom ano cheio de saúde, que o próximo ano seja bem melhor sobre todos os pontos de vista, que aquele que passou.

----- Informou que iriam ser lidas, em voz alta, e votadas, as dez minutas dos pontos da ordem de trabalhos. -----

Colocadas a votação, as minutas foram aprovadas por unanimidade.-----

Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas treze horas e trinta minutos da qual se lavrou a presente ata composta por cinquenta e três página, que por ele vai ser assinada e pelos secretários.

O Presidente da Assembleia Municipal

Luiz Manuel dos Santos Bimbo

O Primeiro Secretário

Ricardo Jorge Brinquete Lapão



O Segundo Secretário

Célia Maria Matos Alpalhão

